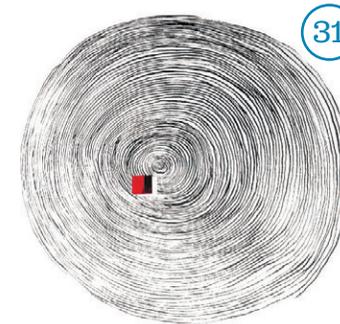


// CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR
Meira Fernandes
Economista, ex-administrador de bancos

Interior, acesso a numerário e função social dos bancos

A figura mostra a distribuição das CA (caixas automáticas) no país e evidencia um desequilíbrio. As CA adensam-se no Litoral, não garantindo que toda a população tenha a mesma facilidade de acesso a numerário, particularmente os residentes nas regiões periféricas e, provavelmente, os de grupos demográficos mais frágeis: os mais idosos, os de menor escolaridade e os de menores rendimentos.

1. Apesar das novas tecnologias e dos novos instrumentos, o numerário (notas e moedas) continua a ser o meio de pagamento mais utilizado na área do euro (AE), em Portugal, e nos diversos grupos sociodemográficos.

O Banco Central Europeu, num recente estudo, abordou os pagamentos realizados entre indivíduos e os efetuados remotamente. Os resultados são concludentes: 59% dos pagamentos, em número, foram efetuados com notas e moedas, em valor 42%.

Também entre nós, o Banco de Portugal (BdP) publicou, em 2022, um estudo para avaliar o acesso a numerário, através da rede de agências bancárias (AB) e caixas automáticas (CA). Os resultados foram claros: para 58% dos inquiridos a opção de pagar em numerário continuava a ser importante ou muito importante; 64% dos pagamentos, em número, fo-



ram feitos com numerário, em valor 44%. Sobre o assunto, e sobre este estudo do BdP, escrevi no portal do Círculo em julho de 2024, está disponível em www.acec.pt.

2. As sucessivas diminuições da rede de AB e de CA em Portugal, decididas pelos bancos, são tema que o BdP tem acompanhado com particular atenção. No território nacional, existiam, em 2022, mais de 17 mil acessos a numerário: cerca de 14 mil CA e 3,2 mil AB, concentrados em torno dos principais centros urbanos e no Litoral. A conclusão do citado estudo aponta no sentido de que a cobertura é quase integral: 93% dos residentes sentiam como sendo fácil ou muito fácil encontrar uma CA ou uma AB para fazer levantamentos; a quase totalidade da população (99%) dispunha de uma AB ou CA a menos de 5 quilómetros de distância da freguesia de residência; das 3092 freguesias existentes, menos de 50 estavam localizadas a uma distância superior a 10 quilómetros; a distância máxima a percorrer entre o extremo da freguesia e uma AB ou CA mantinha-se nos 17 quilómetros. Todavia, todas as distâncias mencionadas eram em linha reta.

3. Apesar de não haver, genericamente e para a grandíssima maioria da população, restrições significativas no acesso à rede de distribuição de numerário, é uma infeliz constatação a existência de situações desequilibradas no Interior do país. Das 3092 freguesias, não há AB ou CA em 1276 (41% do total), onde residem, aproximadamente, 740 mil pessoas, 7% da população total. A existência de situações mais vulneráveis verifica-se em três distritos do Interior: Bragança, Vila Real e Beja. Das freguesias que poderão ser mais ameaçadas no caso de eventual redução da rede, 27 pertencem aos seguintes distritos: Beja (3), Bragança (12), Guarda (4), e Vila Real (8). São do Interior os municípios onde cada CA serve, em média, mais de 100 quilómetros quadrados de território: Mogadouro e Vinhais (distrito de Bragança), Idanha-Nova (distrito de Castelo Branco), Mértola e Ourique (distrito de Beja), Alandroal (distrito de Évora).

4. Se bem que não se possa exigir aos bancos que deixem de ter presente a prossecução da rentabilidade dos seus investimentos e a proteção dos seus depositantes, também não se pode nem deve ignorar as fundamentais vertentes da “função social” que lhes é inerente e que eles têm de honrar e promover, sobretudo a CGD que como banco 100% do Estado deve dar o melhor exemplo: garantir à população, em toda a extensão do território nacional, um acesso adequado à utilização do numerário que lhe pertence.